

Etica e Sociedade. Eis aqui – hoje, agora – um tema, talvez *o tema*, do nosso cotidiano. De repente me dou conta de que estamos a conviver – tanto no mundo da vida quanto no conjunto dos textos em minhas mãos (já que me recuso a deles fruir na distância da tela de um programa Word, sem os tocar) – com o que o Celso Lafer, em síntese de tudo, chama de “cupim da corrupção”. A cadeira em que me sento agora, qual o mundo em que vivo, pode de repente desabar, carcomida por esse cupim.

Quando ele aparece – diz um amigo do Tercio Sampaio Ferraz Junior – qualquer um sabe do que se trata. Começa pela polivalência da palavra. Um cume de lucidez, depois, quando nos damos conta de que “a economia de mercado, supostamente um sistema autorregulado, gera uma burocracia (privada e estatal) em que proliferam as instâncias administrativas, todas com certo poder discricionário, com certo grau de opacidade (não transparência) e alta possibilidade de manipulação de informações”.

Durante muitos anos sentamo-nos juntos – o Celso, meu amigo desde os anos 50, e o Tercio – durante as reuniões de congregação da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Lá onde mora a Amizade, lá onde mora a Alegria.

Das velhas Arcadas à USP, na Cidade Universitária, encontro o Yves de La Taille dialogando com Ricouer e Piaget e me perco na busca dos laços

que envolvem, se é que envolvem, a ética, a moral e a justiça. Onde é que mora a justiça? E então, de repente, à moda de Manuel Bandeira, percebo que o que me esmaga é a sensação do nada.

Imagine três copos – a moral, a ética e a justiça – e dê-se conta, leitor, de que parte do conteúdo do terceiro é um nada. Um nada que excede o espaço dos dois primeiros. Por isso, realmente, palavras não dizem nada – como no poema de Álvaro Moreyra – e a justiça produzida pelos juízes excede as bordas da ética e da moral. Na superposição desses três conceitos, diz quase tudo aquela afirmação atribuída a Creonte: “Prefiro a ordem à justiça!”.

Depois, as observações incisivas do Oscar Vilhena Vieira e do José Garcez Ghirardi denunciando a invocação de princípios, pelos juízes dos nossos tribunais, invocação justificativa de decisões antagônicas, uma à outra, para a mesma questão¹. Ao referir a lição do velho Aristóteles a propósito da distinção entre o *exato* e o *correto*, os dois – o Vilhena e o Ghirardi – dizem exatamente o que eu

1 Ouso neste passo observar que em meu *Por Que Tenho Medo dos Juízes* (São Paulo, Malheiros, 2016, pp. 25-6) tomei precisamente do julgamento do HC 82.424 no Supremo Tribunal Federal para denunciar a insegurança, a incerteza que decisões fundamentadas em princípios – e não no direito positivo – instalam no mundo da vida.

EROS GRAU é jurista e ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal.

gostaria de repetir: a prudência é *razão intuitiva* que não discerne o *exato*, porém o *correto*; não é *saber puro*, separado do ser.

Por fim, o texto de Joaquim Falcão e Laura Osório, fincado no mundo da vida. Embora eu discordo, veementemente, da afirmação de que possa existir qualquer margem de discricionariedade inerente à atividade jurisdicional, Joaquim e Laura desnudam a realidade.

Desde há muito venho repetindo ter medo dos juízes que decidem à margem da legalidade, em função de princípios e em nome da justiça, o que

pode mesmo ser fascinante, em termos televisivos, mas atira pela janela a certeza e a segurança jurídicas. Repetindo-me, isso tudo talvez acabe quando começar a comprometer a fluência da circulação mercantil, a calculabilidade e a previsibilidade indispensáveis ao funcionamento do mercado. Talvez então os juízes voltem a ser a boca que pronuncia, sem imprensa, sem televisão. Ou será a desordem, até que *novos rumos* nos acudam.

Eis aí, caro leitor, um conjunto de textos que diz tudo. Por isso mesmo, encanta e apavora. Até o tempo, mais longo e futuro, que há de vir.